



ATA Nº 17

26 de junho de 2020

Assembleia
Via zoom

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

Rua Dr. Miguel Bombarda, nº.23

2615-125 Alverca

ep
Helen Bernard
ne

ATA Nº 17

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pela eleita Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina, e secretariada pela eleita Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo, primeira secretária e a eleita Maria Fernanda Neves Dias Comenda, segunda secretária.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo
Maria Fernanda Neves Dias Comenda

BANCADA CDU

Sérgio Luz
João de Almeida Mendes
António Augusto Marques Sequeira
Luis Martins
Nuno Ramos

BANCADA PS

Rita Merenda
João Martins
Sandro Santos
José Manuel Morais Chumbo
José Morgado
Clara Negrinho
Luis Nuno Monteiro Carvalho

BANCADA BE

João Alexandre Pires Fernandes
Rita Margarida Oliveira Aleixo

BANCADA CM

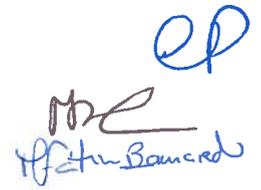
Pedro Manuel Silva Alves

BANCADA CDS

Rui Manuel Valadas Marques

EXECUTIVO

Carlos Manuel Gonçalves
Fernando Manuel da Encarnação dos Santos Caio
José Carlos Godinho Romão
Carla Alexandra Rebocho Tavares
Joaquim José Cunha Carreira



Vitor Manuel Guterres Torres

Pedro Filipe Faria Ferreira

A Presidente da Assembleia, Carlota de Pina, iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes, bem como todos os que estavam a ouvir a partir de casa.

Seguidamente passou a informar das substituições nas bancadas, referindo que na bancada do PS, os eleitos Luciana Maria Maia Nelas, Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa dos Santos, Joana Isabel de Araújo Freitas Simões, Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos e João Pedro Pinto Baião, tinham sido substituídos pelos eleitos Clara Negrinho, João Martins, José Morgado, Rita Merenda e Sandro Santos respetivamente.

Na bancada da CDU, informou da substituição dos eleitos, Maria Fernanda Gomes, João Batista Arcadinho e António Carlos Fernandes Fonseca Dias, pelos eleitos Sérgio Luz, Nuno Ramos, e Luís Martins respetivamente.

Seguidamente informou as bancadas que ia colocar as atas a votação, dizendo que as mesmas tinham sido previamente enviadas para todos e que os eleitos que tinham estado presentes nas referidas sessões poderiam votar, e em caso de não terem estado presentes poderiam votar também, mas o seu voto teria de ser de abstenção.

O eleito José Chumbo da bancada do PS, pediu a palavra dirigindo um cumprimento a todos os presentes, e também ao público que em casa acompanhava a sessão.

Sobre as Atas fez referência à Ata nº 9 e à Ata nº 15, sobre as quais tinha enviado à Assembleia um pedido de revisão devido a dois reparos que tinha feito, e como não tinha obtido resposta solicitava que as mesmas fossem retiradas de votação para análise.

Mais disse ainda que sobre as outras Atas não tinha nada a opor e que iam votar favoravelmente.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a informar que tendo em conta o pedido da bancada do PS, iria retirar-las de votação para serem posteriormente verificadas.

Seguidamente colocou a votação as atas conforme segue:

Ata 10 – vinte e dois de abril de dois mil e dezanove – **Aprovada por maioria**, com dez votos a favor e uma abstenção.

O eleito Luís Carvalho da bancada do PS, pediu a palavra dizendo à Senhora Presidente da Assembleia que relativamente à Ata 10, tinha um reparo a fazer pois naquela Assembleia tinha apresentado um voto em defesa de honra, o qual estava transcrito na mesma, mas o documento em si, devia estar apenso à ata e não o estava, pelo que deixava o pedido.

A Senhora Presidente da Assembleia confirmou que efetivamente estava feita na ata a transcrição na íntegra, mas o documento não estava em anexo.

Ata 11 – vinte e quatro de junho de dois mil e dezanove – **Aprovada por maioria**, com oito votos a favor e duas abstenções.

Ata 13 – vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove – **Aprovada por maioria**, com treze votos a favor.

Ata 14 – doze de dezembro de dois mil e dezanove – **Aprovada por maioria**, com oito votos a favor e uma abstenção.

Não havendo mais nada a registar a Senhora Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia, passando a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse ter duas questões a colocar relacionadas com Alverca e duas relacionadas com o Sobralinho.

Começou por referir a Assembleia de 22 de abril e o ponto 8 da Ordem de Trabalhos, que dizia respeito à alienação de imóvel sito na Rua António Sérgio – Bairro da Chasa, tendo sido o mesmo retirado por proposta do Senhor Presidente da Junta, após intervenção da bancada do PS, sobre o assunto.

A pergunta que colocava era no sentido de saber qual era o ponto de situação, visto já ter passado um ano.

Ainda referente a Alverca, pretendia saber qual era o ponto de situação relativamente ao Posto CTT no Bom Sucesso, o qual tinha estado fechado, e gostava de saber se continuava ou não na mesma situação.

Relativamente ao Sobralinho a primeira questão tinha a ver com a falta de limpeza e também algum abandono e descuido relativamente às zonas verdes, situações reportadas por residentes na Freguesia.

A outra questão tinha a ver com os abrigos de passageiros que estavam em muito mau estado de conservação, com falta de manutenção e com aspeto degradado, não estando a incluir os abrigos que eram explorados pela empresa privada Jcdecaux.

Disse também e sabendo que a Câmara Municipal transferia anualmente uma verba no montante de 88.000,00 euros para aquela delegação de competência, agradecia que o Senhor Presidente informasse quantos abrigos tinham sido construídos ou adquiridos pelo seu Executivo, referindo ainda que durante o mandato do Partido Socialista eram construídos e adquiridos anualmente abrigos de passageiros.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes, os funcionários que asseguravam a transmissão em direto, e todos os que acompanhavam à distância a sessão.

Mais disse que tinha duas moções para apresentar, sendo as mesmas do conhecimento de todas as bancadas e que não iria lê-las na íntegra mas faria uma breve apresentação conjunta dos dois textos.

Referia no mesmo que na última Assembleia o BE tendo em conta a crise económica e social já instalada dizia que as Autarquias deviam mobilizar todos os meios ao seu dispor para lançar uma campanha de apoio ao comércio local, sendo que a resposta a dar a esta crise tinha de servir também para darmos como Comunidade passos adiante nas várias transições que importava executar, esbater desigualdades sociais, distribuindo de forma mais justa a riqueza gerada tornando assim mais coesos os territórios onde coabitávamos.

Referia ainda que desenvolver o comércio local era também salvar a economia local e que era necessário encorajar uma mudança de hábitos e rotinas para dar ao espaço público capacidade de competir com as grandes superfícies comerciais, o que só seria possível trazendo as pessoas para o comércio local, para as ruas, praças, jardins e espaços de usufruto comum.

Disse ainda que aquele era o sentido das duas moções trazidas pela sua bancada, referindo que a primeira moção reclamava a instalação de mais bebedouros na União de Freguesias, sendo aqueles equipamentos imprescindíveis para tornar o território da União de Freguesias passível de ser atravessado e percorrido a pé, sendo também uma resposta ao desafio da deplasticificação.

Para finalizar e referindo a segunda moção disse que a mesma vinha no sentido do alargamento da rede de hotspots da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelo facto de na União de Freguesias existir um único equipamento na biblioteca Municipal, existindo mais dois ainda por instalar, o que deixava Alverca consideravelmente atrás das duas outras cidades do Concelho.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da bancada da CM, que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e também todos aqueles que estavam online.

Disse que tinha uma nota introdutória, e referindo a Assembleia passada disse que aquele não era o método desejado nem o ideal estar três horas online, mas era o necessário pela situação que se estava a viver.

ep H. Catarina Samuel
MC

Mais disse que a mesma não tinha sido um exemplo de boas práticas, tinham havido alguns debates acessos, que entraram em casa de todos, pedindo assim que houvesse algum bom senso.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta a missiva enviada, relativamente às questões que tinha colocado na última Assembleia, pois só assim poderiam tomar decisões informadas sobre os pontos, mais especificamente sobre o Relatório de Gestão de 2019.

Terminou dizendo que a Coligação Mais, representada pela sua pessoa e pela pessoa da Senhora Presidente da Assembleia tinha a mesma missão que todos os outros eleitos, e ideologias à parte, era representar a população da União de Freguesias e contribuir ativamente e responsabilmente para o destino da Freguesia, só o podendo fazer tomando decisões informadas e para isso tinham de estar esclarecidos, sendo que no momento já tinham todos os esclarecimentos para poderem tomar decisões.

Usou da palavra o eleito Luís Carvalho da bancada do PS, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, os trabalhadores da Junta de Freguesia que asseguravam a transmissão online e também todos os que em casa acompanhavam.

Passou a congratular a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira pela conclusão do projeto de execução do novo Parque Ribeirinho entre Alverca e Sobralinho, dizendo que o mesmo ia permitir devolver o rio a todos os cidadãos da União de Freguesias de Alverca e Sobralinho.

Referiu que o projeto rondava os quinze milhões de euros e contemplava desde trilhos pedonais a cicláveis, parques de lazer e desporto e também a requalificação da praia das maçãs, mais conhecida pela “ **Praia dos Tesos** “, permitindo o usufruto da praia fluvial e em harmonia com a natureza.

Mais disse que aquela era a forma de estar no Partido Socialista e de fazer política ao serviço dos cidadãos, construindo e trabalhando todos os dias.

Referiu que o projeto teve vários obstáculos, mas que finalmente tinham sido ultrapassados, não só os de ordem técnica, como os de vista político criados pelos mesmos do costume, aqueles que sempre votaram contra as deliberações tomadas em reunião de Câmara, que fizeram exigências, e que tentaram iludir o povo com táticas e estratégias de oportunismo político, quando sabiam que o projeto ia ser executado, tal como o foi o já existente.

Terminou dizendo que o Partido Socialista sempre esteve e estava ao lado das populações com a palavra de quem cumpria aquilo que prometia, construindo um futuro melhor para todos.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e passando a informar que iria colocar dois pontos, sendo o primeiro relacionado com os transportes públicos na Freguesia, no Concelho e também em toda a área Metropolitana de Lisboa.

Mais disse que a oferta de transportes era escassa e presentemente mais agravada devido á situação, e que estava a ocorrer excesso de lotação nos transportes em Alverca, mais propriamente no percurso para Arcena, pelo que perguntava ao Executivo se tinha alguma informação e se já tinha contactado as Entidades responsáveis para obter esclarecimentos e soluções.

Referiu ainda que a CDU também não podia colocar-se à margem do problema, dizendo que na Área Metropolitana de Lisboa, o primeiro secretário executivo era um Ex-Presidente de Câmara da CDU e com responsabilidade em matéria de transportes.

Sobre o segundo ponto disse que tinha a ver com a vigilância do mercado semanal, situação que tinha sido levantada na última Assembleia pelo Senhor Presidente da Junta, mas que não o fez para prestar os devidos esclarecimentos às questões que já tinham sido colocadas e com as quais se tinha comprometido. Mais disse que ia fazer um breve enquadramento da situação para que não houvesse dúvidas e de uma vez por todas se pudesse obter todos os esclarecimentos e encerrar de vez a questão.

Referindo o enquadramento legal a pergunta que fez ao Executivo, foi se já tinham procurado alguns esclarecimentos junto da PSP e do IGAI e se já tinham alguma matéria que respondesse às questões que tinha colocado.

Disse também que em termos de legislação tinha a referir que a segurança privada estava subjacente e devia respeitar a Lei da segurança privada, que contemplava como exceções, porteiros de hotelaria, de prédios urbanos e gestão e monitorização de sistemas de vigilância, daí a dúvida que tinha, tendo em conta que as feiras e os mercados não estavam ali incluídos.

Referiu também que as empresas que prestavam a atividade de segurança privada tinham de estar registadas e obter alvará junto da PSP e que relativamente à Empresa Visionary Performance que esteve a fazer aquele serviço, não conseguiu verificar o registo de alvará, pelo que perguntava se o Executivo tinha tido acesso ao mesmo, ou se tinha algum parecer jurídico que indicasse que aquele serviço estivesse fora do âmbito de segurança privada.

Sobre a empresa que tinha referido, disse ter verificado que o código de atividade da mesma também não estava em conformidade com o de serviço de vigilância que era o 80100, e que tinha verificado na base Gov a revogação daquele contrato a 30 de outubro de 2019 por incumprimento, pretendendo saber qual foi o incumprimento que levou àquela situação.

Mais disse que visto manter-se o serviço de vigilância no mercado, pretendia saber qual era o contrato que suportava a atividade de vigilância e pedia também que fosse confirmado se o serviço estava a ser feito pela Empresa Sentinel Benefits, pois aquela também não tinha alvará registado e o CAE não estava em conformidade com o exigível para a atividade.

Referiu que admitindo que o Executivo pudesse já ter na sua posse documentação que pudesse responder aquelas questões, solicitava os esclarecimentos a fim de se dar por encerrado o tema.

Dirigiu-se à Senhora Presidente da Assembleia solicitando a possibilidade de agendamento de reunião da Comissão de Cultura e Desporto, a fim de se proceder a um acompanhamento da situação relativa ao Teatro Estúdio Ildfonso Valério, com envio de pedidos de informação às Entidades competentes e também para identificar o modelo de acompanhamento do Movimento Associativo e das dificuldades geradas pelo período que estávamos a travessar.

Para terminar manifestou a solidariedade e apoio ao Grupo de Forcados de Vila Franca de Xira e a todos os profissionais tauromáquicos que se encontravam privados de exercer a sua atividade profissional, de forma injustificável, ilegal e inconstitucional e que ainda assim, e de forma cívica adiaram o seu protesto.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, dizendo que a sua primeira questão era um protesto pelo facto da Assembleia voltar a ser realizada pelos mesmos métodos, quando o comércio já estava aberto, e diversos Organismos do Estado estavam também a optar pelo funcionamento de modo presencial, não entendendo o motivo de se continuar a realizar a Assembleia por videoconferência.

Referiu que na última Assembleia alguém tinha conseguido aceder, acabando por criar alguma destabilização, para além de que o sistema utilizado também condicionava não só a participação de alguns eleitos, como também da população.

Disse ainda que nem o PCP nem a CDU, desvalorizavam a pandemia, mas que a CDU defendia que as sessões deviam ser realizadas de forma presencial, respeitando todas as medidas de segurança impostas pela Direção Geral de Saúde.

Sobre a segunda questão disse que a mesma tinha a ver com higiene urbana, começando por referir que desde as primeiras Civilizações a limpeza ou a falta dela tinha contribuído para o aparecimento de diversas doenças, e referindo-se à Europa falou da peste negra e de muitos outros surtos que foram surgindo ao longo dos anos com intensidade elevada.

Mais disse que a questão da higiene individual e coletiva não era o único fator para a ocorrência daqueles fenómenos mas contribuiu também para a sua aparição.

Referiu que em Portugal foi no pós 25 de abril que na generalidade nas Freguesias de norte a sul do País, foram implementadas medidas de limpeza e equipamentos, não tendo sido exceção o Concelho de Vila Franca de Xira, e que quatro décadas passadas era suposto haver um melhor serviço de higiene urbana.

Falou da recolha dos resíduos sólidos dizendo que era feita com muitos atrasos, provocando desde os maus cheiros ao aparecimento de animais indesejáveis, referindo-se aos ratos, e relativamente aos monos disse estarem semanas e meses sem fazer recolha, provocando lixos e dando à freguesia também um ar de desleixo.

Sobre as baratas disse que apareciam cada vez com mais frequência e intensidade, não estando a Câmara Municipal a proceder à desbaratização com a frequência que seria necessária.

Terminou dizendo que a CDU exigia à Câmara Municipal que cumprisse as metas e obrigações que tinha naquela matéria e que dotasse financeiramente a União de Freguesias para que também ela pudesse melhorar o seu desempenho.

A População merecia e a CDU agradecia, disse.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra e sobre o protesto da CDU, referiu que o estranho era estarem a aparecer cada vez mais casos de COVID, e sobre o facto da realização da Assembleia via zoom, informou que foram consultados os Líderes de Bancada, tendo a maioria optado por aquela via. Terminou dizendo que tinha sido uma decisão democrática e apesar de não agradar a todos, dadas as circunstâncias era o que se podia fazer de melhor.

Ainda sobre a referência que o eleito tinha feito à situação ocorrida na última Assembleia e que gerou alguma destabilização, disse ter havido uma partilha de tela e que curiosamente o assunto tinha sido sobre a Festa do Avante e outras questões relacionadas com a CDU.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta que cumprimentou todos os presentes e em nome da União de Freguesias saudou todos aqueles que tudo tinham feito para garantir a saúde e a segurança e que também asseguraram os serviços essenciais que preservavam o bem-estar de todos.

Mais enalteceu as ações dos Grupos " Solidários Unir as Mãos " e " Pão Solidário ", bem como as Empresas que com eles colaboravam e que tornavam o dia-a-dia de muita gente na Freguesia e no Concelho, muito melhor.

Em resposta ao eleito José Chumbo da bancada do PS, e sobre a questão colocada relativamente ao **Ponto – 8 – Alienação de imóvel na Chasa**, passou a dizer que aquela alienação tinha o objetivo da construção dos balneários dos trabalhadores da Junta, o que para ele era ponto de honra e um compromisso que tinha assumido.

Mais disse que o entendimento que tinha sido feito era que tinha havido um comprometimento da parte do anterior Executivo e seria unicamente dar seguimento ao processo, mas ao saberem que efetivamente não tinha sido essa a situação, o processo tinha sido travado.

Informou ainda que foi dada continuidade ao aluguer e que o processo tinha sido encerrado.

Sobre a falta de limpeza no Sobralinho, disse que era generalizada e também ocorria em Alverca, e que a limpeza urbana tinha duas componentes, a eficácia de recolha e a cidadania, referindo ainda que sobre a varrição assumia as lacunas e a falta de pessoal, pois devido à pandemia também não se estava a conseguir colocar pessoal em projetos do IEFP para fazer aquele serviço e daí a necessidades da contratação de pessoal para os serviços exteriores.

Referiu a questão dos abrigos de passageiros dizendo que no ano anterior tinha sido colocado um em Alverca e um no Sobralinho, referindo que o abrigo na Rua Duque da Terceira era novo.

Mais disse que no Sobralinho eram vandalizados abrigos com alguma frequência, referindo ainda um abrigo junto à EN 10 que estava danificado por motivo de acidente, desconhecendo-se a identidade do condutor e como havia dúvidas se o local em questão era da responsabilidade de Alhandra ou não, estava a analisar-se a situação.

Sobre a intervenção do eleito João Fernandes, da bancada do BE, disse que não se ia pronunciar sobre as moções.

Em resposta ao eleito Pedro Alves da bancada da CM, disse que o envio da missiva foi um entendimento que o Executivo achou necessário, referindo que o documento em questão era técnico e que a sua apreciação iria ser feita pelo Tribunal de Contas, mas que tinha entendido as recomendações feitas pelas bancadas e futuramente o relatório de gestão seguiria sempre conjuntamente com uma informação para melhor entendimento do mesmo.

Em resposta ao eleito Luís Carvalho da bancada do PS e referindo o novo Passeio Ribeirinho entre Alverca e Sobralinho, disse que era uma ansiedade de décadas e que tinha tido o privilégio e o prazer de o ter verificado pessoalmente numa primeira apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara a demais eleitos e posteriormente na apresentação pública do mesmo.

Disse ainda que era um projeto que correspondia aos anseios da população de Alverca e Sobralinho.

Mais referiu que não havia nenhum princípio ideológico que fosse contra aquilo que era para o bem-estar da população e que esperava em conformidade com o que tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara, que o projeto iniciasse a sua concretização no próximo ano.

Disse também que o novo Passeio Ribeirinho iria ser utilizado pela população do Concelho e de fora do Concelho e que seria um polo de atratividade turística e de valorização pois iria trazer muita gente à Lezíria e ao Concelho.

Terminou dizendo que era um projeto muito bem conseguido ao qual dava os parabéns.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra informando que devido à hora iria passar ao período reservado à intervenção do público passando a ler o pedido recebido do freguês **Bruno Miguel Martins Oliveira**.

Referia o mesmo a entrada sul de Alverca e a rotunda onde foi instalado o Monumento ao Centenário da Aeronáutica, dizendo que o espaço envolvente estava assoberbado com vinte outdoors, sufocando a identidade histórica e retirando a perceção do espaço público.

- perguntava ao Executivo, para quando a retirada de todos os outdoors;
- para quando a alteração da toponímia para “ Rotunda da Aeronáutica “, conferindo a importância devida ao espaço;
- quando é que a Autarquia faria uma manutenção adequada à zona envolvente da rotunda.

Seguidamente passou a ler o pedido recebido do freguês **Rui Miguel de Sousa Soares**.

Referia o mesmo que na Urbanização Malvarosa, os passeios eram ocupados por carros estacionados, estaleiros de obras e esplanadas de espaços comerciais, limitando a área de circulação dos peões e colocando-os em risco.

Perguntava o que poderia fazer a Junta para resolver aquelas situações, pedindo também que fossem tomadas alguma medidas, tais como:

- colocação de pins nos passeios;
- remoção dos estaleiros de obras;
- remoção das esplanadas do passeio público, limitando-as à área do edifício em que se encontrava o espaço comercial.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às questões colocadas pelos Fregueses.

O Senhor Presidente da Junta começou por responder ao Senhor **Bruno Oliveira**, dizendo que a entrada sul de Alverca era uma encruzilhada e estava na dependência jurídica da IP- Infraestruturas de Portugal. Mais disse que a Junta tinha feito limpeza das bermas devido ao serviço contratado por aquela Entidade não ser o melhor, mas que não era um ano normal, havia menos recursos e não iria ser possível continuar a fazê-lo.

EP
H. Fátima Bernardes
MDE

Disse ainda que estava previsto a contratação de uma Empresa para proceder a limpeza de bermas e passeios mas não tinha sido possível devido à não implementação do saldo de gerência.

Relativamente aos outdoors confirmou que eram vinte, mas sobre a retirada dos mesmos, disse que constituíam uma fonte de receita muito importante para a União de Freguesias, não estando equacionado qualquer retirada, e que o maior constrangimento era verificado nos dois outdoors colocados frente ao Monumento da Mulher.

Sobre a manutenção das rotundas informou que eram da responsabilidade da IP e que a Junta continuaria a pressionar para que a limpeza fosse feita, mas já tinha recebido informação que só seria possível em julho, pois era feita uma contratação anual.

Sobre a rotunda e a sugestão que tinha feito do topónimo, disse que iria apresentar a questão à IP-Infraestruturas de Portugal.

Em resposta ao Senhor **Rui Sores** e sobre os passeios ocupados por carros disse que era uma falta de civismo, e relativamente à colocação de pilaretes disse que estava dependente da concordância da Câmara Municipal para que a Junta os pudesse instalar.

Referiu os estaleiros de obra dizendo que a Junta nada podia fazer pois eles eram licenciados pela Câmara Municipal no âmbito do licenciamento da obra.

Sobre a ocupação dos passeios com esplanadas informou que a Junta só licenciava esplanadas desde que ficasse garantido espaço livre de passeio de dois metros ou um metro e setenta, e que a única alteração que foi feita no âmbito do COVID 19 foi permitir a ocupação com esplanada em lugar de estacionamento no período entre as 9.00 H e as 22.00 H, ficando após aquele horário o espaço novamente disponível para estacionamento.

A Senhora Presidente da Assembleia deu por terminado o período reservado ao público, informando o Senhor Presidente da Junta que poderia retomar a sua intervenção em resposta às bancadas.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra passando a responder ao eleito Rui Valadas da bancada do CDS, dizendo que sobre a questão dos transportes públicos tinha já manifestado por diversas vezes à Rodoviária e à Boa Viagem o descontentamento pelas situações que estavam a ocorrer, tendo sido respondido que todos os licenciamentos estavam a ser renegociados e só em fase posterior seria possível haver um entendimento sobre o que podia ser melhorado ou alterado.

Mais disse que já tinha sido manifestado o repúdio pela redução drástica das carreiras, referenciando a gravidade relativamente ao Sobralinho, bem como para o Bom Sucesso e Arcena, com intervalos superiores a duas horas, gerando grandes aglomerados de pessoas, o que deveria ser evitado.

Disse que a resposta que tinha obtido foi que estavam a cumprir aquilo que eram as indicações do Governo no âmbito da pandemia e a efetiva redução dos serviços, mas esperava que a retoma das carreiras começasse a ser feita gradualmente e que iria continuar a pressionar.

Sobre o mercado semanal, disse que estava grato pelos conselhos que tinha dado e que sabia ser grato a quem aconselhava, pois era sempre importante e era uma ajuda válida para a ponderação e decisão.

Disse que o eleito tinha razão, o contrato com a Empresa Visionary, tinha sido revogado pois o serviço contratado era no âmbito de portaria, controle de acesso ao mercado e cobrança de bancas, o que não estava a ser feito nas melhores condições, e que relativamente à segurança estava a ser feita por agentes da PSP.

Em resposta ao eleito António Sequeira da bancada da CDU e referindo a questão da higiene urbana, começou por dizer que os constrangimentos da Junta, também eram os da Câmara Municipal, pois devido à pandemia, os recursos eram ainda mais limitados, mas que diariamente eram enviados mails a alertar para o problema dos monos bem como da recolha do lixo.

Mais disse compreender as dificuldades, mas que alguma coisa teria de ser feita e teria de haver uma resposta para aquelas situações, referindo os problemas na Capitão Meleças e também na Rua 5 de outubro onde sistematicamente as ilhas ficavam cheias com os inerentes depósitos de lixo no exterior espalhando-se por todo o lado, o que também tinha a ver com a falta de civismo.

A Senhora Presidente da Assembleia, usou da palavra dizendo que tinha tomado nota e sobre a intervenção do eleito José Chumbo referente ao Posto CTT do Bom Sucesso, não tinha ainda sido dada qualquer resposta.

O Senhor Presidente da Junta agradeceu a nota e passou a responder ao eleito José Chumbo da bancada do PS, sobre a situação do Posto CTT no Bom Sucesso, informando que o mesmo tinha sido encerrado no âmbito do COVID 19, e também devido a algum constrangimento por motivo de início de período de férias, mas que tinha estado a funcionar em dias específicos e unicamente para pagamentos de pensões aos idosos, prevendo-se a sua reabertura a dia 3 de julho.

Mais informou que tinha tido uma reunião com os CTT, pois estavam a ocorrer situações de sobrecarga de avisados para os Postos, quer do Bom Sucesso quer do Sobralinho, devido às entregas não estarem a ser feitas pelos CTT, situação que tinha de ser alterada, pois aquele serviço era uma responsabilidade daquela Empresa e as verbas que estavam a ser pagas à Junta eram diminutas, daí a reabertura ter de ser complementada com uma melhoria dos serviços.

O eleito José Chumbo da bancada do PS, pediu a palavra dizendo que tinha duas notas a deixar ao Senhor Presidente da Junta e que tinham a ver com questões levantadas pelo PS no início da sessão, tendo o Senhor Presidente já " colado a pontos ", que seriam para falar mais à frente, disse.

Referiu que uma delas era a questão dos balneários dos trabalhadores que o Senhor Presidente disse não ter concretizado porque não tinha vendido o património, mas deixava a nota que tinha sido uma promessa feita pelo atual Executivo e que há três anos que não a cumpria.

A outra questão tinha a ver com a limpeza, tendo o Senhor Presidente dito que não se fazia porque faltavam cinco assistentes operacionais, portanto não tinha respondido ao que tinha sido perguntado, e iria fazer chegar um pedido de esclarecimentos por escrito à Senhora Presidente da Assembleia, pois a verba alocada à conservação do mobiliário urbano era de 88.000,00 euros anuais e naquele âmbito pretendia saber quais os abrigos reparados e substituídos e em que altura o tinham feito.

Pediu a palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que sobre a ocorrência verificada na última Assembleia disse não ter sido feita por nenhum comunista.

Sobre a opinião manifestada relativamente às sessões da Assembleia via zoom, disse que o COVID 19, não era um problema só de Alverca e Sobralinho mas sim de nível nacional e que o Partido Comunista não era um Partido de bandalheira e que respeitava e cumpria as regras impostas pela DGS.

Referiu a intervenção do eleito Luís Carvalho da bancada do PS, sobre o Passeio Ribeirinho dizendo que se o mesmo se estava a referir à CDU, estava equivocado, pois nunca a CDU tinha sido contra a realização daquela obra, pelo contrário esperava sim que a mesma viesse a ser concluída.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo que iria passar às moções e iria dar a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da bancada da CM, que relativamente à moção de hotspots, disse que a sua bancada ia votar favoravelmente, até porque também era algo que a CM tinha no seu programa. Sobre a moção relativa aos bebedouros, disse também estar de acordo, mas devido à situação do COVID 19, apesar de concordar com o texto apresentado, disse que talvez pudesse fazer-se a inclusão de uma alínea referente ao espaço temporal de execução, devido a não ser a altura mais indicada.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse subscrever as palavras do eleito Pedro Alves sobre os bebedouros, devendo constar uma ressalva até pelas recomendações feitas pela DGS e avançar-se após o período da pandemia.

Sobre os hotspots disse que também concordavam que devia haver mais e iriam votar favoravelmente.

EP
Rita Merenda
ME

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que sobre os bebedouros, disse que também era uma preocupação da sua bancada, mas que no fundo a moção tratava-se de uma proposta estrutural a ser implementada ao longo do tempo, mas não via qualquer problema em fazer essa ressalva se assim o pretendessem.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que sobre a moção dos bebedouros, disse que concordavam com o texto e não faziam questão que fosse feita qualquer alteração ao mesmo.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada da CDU, que sobre a moção dos bebedouros, disse que estava implícito o fator temporal e que também não via necessidade de ser feita qualquer alteração ao texto.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou as moções a votação tendo-se verificado os seguintes resultados:

Moção- “ Por mais bebedouros no espaço público “ – Aprovada por unanimidade;

Moção- “ Pela expansão da rede de hotspots Municipais “ – Aprovada por unanimidade.

Seguidamente deu início ao período da ordem do dia e ao **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia.**

Deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para intervenção.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo que sobre o ponto ia referir apenas algumas questões e estava disponível para prestar todos os esclarecimentos.

Referiu a reunião de dia 19 de maio de 2020, em que tiveram conhecimento do projeto do Passeio Ribeirinho e dos Projetos das Pracetas um e dois da Quinta das Drogas, dizendo que aquelas obras eram ansiadas pela população de Alverca e Sobralinho.

Salientou as obras que estavam a ser feitas no âmbito do OP 2020, que também concernia à Assembleia de Freguesia, fazendo o convite para também as verificarem.

Mais disse que se tinha tentado seguir o máximo possível o projeto apresentado, mas que teve de ser retirada a pérgula e as trepadeiras que existiam no local, tendo-se optado pela colocação de uma nova e pela plantação de um conjunto de árvores que iriam dotar o espaço de mais sombra.

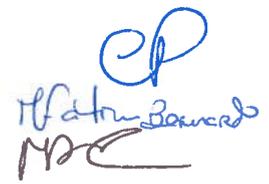
Referiu ainda a conclusão do passeio na Rua 9 de Agosto e as obras na Rua dos Lavadouros, referindo que aquela última tinha sido realizada a 100% pela Junta.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra a eleita Rita Merenda da bancada do PS que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes, os funcionários da Junta e também os que em casa acompanhavam a sessão.

Começou por referir o ponto 6 da página 5 do documento, dizendo que no mesmo estava referenciado a recolocação da proteção na EN 10 junto aos CTT, e estando a obra em curso, gostava que o Senhor Presidente esclarecesse, pois na Assembleia realizada no dia 28 de fevereiro de 2020, tinha informado que aquela recolocação não iria ser feita devido à obra prevista para a EN 10, ir avançar.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que referindo a página 3 do documento e relativamente à reunião de apresentação dos Projetos da Quinta das Drogas, perguntou se o Senhor Presidente da Junta podia adiantar alguns detalhes ou até fazer chegar a informação a todas as bancadas.



Referiu ainda que em reunião anterior tinha sido dito que existia um projeto para a Praceta 3 da Quinta das Drogas, e visto até à data nada ter avançado, perguntava se o Senhor Presidente tinha mais alguma informação que pudesse dar.

Falou da realização do arraial sobre rodas, evento ocorrido no dia 13 de junho, manifestando a sua discordância sobre a iniciativa, pois disse que tinham sido dados alguns sinais errados à população, tendo gerado alguns aglomerados de pessoas que saíram à rua, contrariamente às indicações dadas pela Direção Geral de Saúde, que tinha proibido os arraiais naquele fim-de-semana altura de festejos do Santo António.

Disse também que outra questão que não tinha concordado foi o facto de após alguns anos se ter começado a sentir algum esforço para a produção de cartazes mais diversificados e com artistas para todos os gostos, não tinha sido o que aconteceu, para além da iniciativa ter avançado quando era sabido não haver a possibilidade do veículo circular de modo a poder chegar a todos os locais, não tendo servido para a população de igual modo.

Mais disse que aquela situação pode ter gerado dois tipos de impacto negativo, por um lado muitos cidadãos podiam ter ficado a pensar que a mobilização de meios era só para alguns, e por outro lado também pode ter feito com que muitas pessoas saíssem de casa a fim de acompanhar o arraial, quando o espírito da iniciativa era de manter as pessoas em casa.

Disse não ter entendido a realização do arraial na quadra de St^o. António, sendo S^o. Pedro o Padroeiro de Alverca.

Terminou a sua intervenção dizendo que compreendia que o Executivo tivesse querido assinalar os Santos Populares, mas que não foi inclusivo e também foi contrário às recomendações oficiais das Autoridades de Saúde.

Usou da palavra o eleito José Morgado da bancada do PS, que cumprimentou os presentes bem como o público que em casa acompanhava a sessão.

Disse pretender alguns esclarecimentos, sendo o primeiro referente à página 6 do documento – Apoio excecional no âmbito do COVID 19, tendo a outra questão a ver com o serviço de apoio que a Junta esteve a prestar aos alunos com impressão de trabalhos e fotocópias.

Referiu que tinha informação da parte de alguns pais que aquele apoio não estava a ser feito na Delegação do Sobralinho, tendo-lhes sido dito que para usufruírem do mesmo, tinham de se deslocar pessoalmente à Sede da Junta em Alverca.

Não havendo mais intervenções das bancadas, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Junta começou por responder à eleita Rita Merenda da bancada do PS, dizendo que efetivamente não eram para ser recolocadas as proteções junto à EN 10, mas com a ocorrência do acidente e a participação que foi feita à Companhia de Seguros, a mesma efetuou o pagamento das estruturas, tendo a Junta ficado obrigada a proceder a essa recolocação e envio da documentação respetiva.

Em resposta ao eleito João Fernandes da bancada do BE, e sobre as Pracetas 1 e 2, disse que não tinha qualquer problema em encaminhar os projetos para conhecimento das bancadas se assim o desejassem. Informou que foi marcado encontro com a população para analisar e validar os projetos, tal como foi feito na Praceta 3, mas não tinham estado todos presentes e provavelmente iria haver gente que estaria contra. Mais disse que existia um conjunto de choupos que estavam com problemas crónicos e tinham de ser abatidos, o que não tinha sido do agrado de todos mas eram as indicações dos técnicos.

Referiu a Praceta Projetada à Av. Capitão Meleças onde no passado também tiveram de ser abatidos três choupos que estavam com problemas estruturais, dizendo que aqueles iriam ser substituídos por um conjunto de outras árvores e também iria ser feita uma requalificação urbanística semelhante às duas Pracetas, tendo havido já concordância dos moradores que estiveram presentes e também da Junta de Freguesia.



Relativamente à Praceta 3, disse que o projeto de requalificação já vinha do anterior Executivo, mas que tinha sido contestado pela população

Mais disse ter sido decidido auscultar de novo os moradores e também tinha sido pedido aos técnicos da Câmara Municipal para que no local alterassem o projeto, tendo o mesmo após as alterações efetuadas sido novamente apresentado aos moradores que acabaram por dar o seu consentimento.

Sobre os projetos das Pracetas 1 e 2, disse que a informação que tinha da Câmara Municipal era que iriam avançar ainda este ano, e relativamente ao projeto da Praceta 3 disse não haver ainda qualquer informação.

Terminou dizendo que as três Pracetas necessitavam e mereciam a requalificação, sendo aquele o entendimento e que deviam ser executadas.

Referindo o arraial sobre rodas, disse ter sido contactado por uma Empresa da União de Freguesias, a "Palco Móvel", tendo a mesma dito que queria fazer um arraial em Alverca, e ao questionar sobre o que precisariam, foi dito que só necessitavam de um gerador e alimentação para a equipa técnica.

Disse ter auscultado a PSP sobre aquela questão, tendo-lhe sido dado um parecer favorável e que também tinham sido verificadas e tomadas todas as medidas recomendadas pela Direção Geral de Saúde, estando tudo enquadrado naquilo que eram os requisitos naquele momento, mas disse que se fosse hoje, provavelmente não se faria.

Referiu ter sido um sucesso extraordinário, tendo a agradecer e dar o seu reconhecimento aos três artistas e à equipa técnica que estiveram a trabalhar gratuitamente e também à Empresa Palco Móvel, dizendo que a Freguesia só teve a ganhar e que seriam sempre bem-vindos.

Em resposta ao eleito José Morgado da bancada do PS, e sobre o apoio excecional nas fotocópias aos alunos do Sobralinho, disse que a situação não tinha sido como o eleito referiu, tendo a questão a ver com o facto da fotocopiadora que estava no Sobralinho não ter capacidade para efetuar aqueles trabalhos, tendo os mesmos de ser reencaminhados para a Sede a fim de serem feitas as fotocópias e voltarem em correio interno para o Sobralinho.

Mais disse que nos casos em que o aluno necessitava dos trabalhos no mesmo dia, aí sim teriam de se deslocar pessoalmente a Alverca a fim de serem tiradas as fotocópias, mas que todos os pedidos chegados dos Agrupamentos tinham sido satisfeitos, inclusive até pedidos feitos por alunos universitários, não tendo ficado ninguém privado daquele apoio.

A Senhora Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra às bancadas.

Interveio o eleito João Fernandes da bancada do BE, que referindo o arraial sobre rodas, disse até compreender que para a Junta foi vantajoso os artistas terem trabalhado sem receber, mas que tendo em conta a situação que se estava a viver a nível nacional, estando os mesmos sem poder trabalhar e até a ter de recorrer a ajuda alimentar, disse que considerava também um sinal errado estar a dizer-se que se tinha estado a trabalhar à borla para uma Junta de Freguesia.

Relativamente à questão dos choupos, disse conhecer a situação, estando um em muito mau estado, pois tinham sofrido durante muitos anos, podas muito mal feitas, e era lamentável e revoltante realizarem podas mal feitas e depois virem os Serviços Camarários dizerem que tinham de se abatidos.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que sobre o problema dos choupos, começou por dizer que não era engenheiro florestal, mas do conhecimento que tinha sobre aquela espécie de árvore, a mesma era desaconselhada por vários fatores, um deles era o de provocar alergias e também terem exteriormente uma aparência de solidez, quando por vezes o seu interior estava completamente apodrecido, tornando-se um fator de risco e em caso de queda, podia até causar mortes como já tinha acontecido na Madeira.

O Senhor Presidente da Junta pediu a palavra para intervenção.

Iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao eleito João Fernandes da bancada do BE, dizendo que não se tratou de contratar artistas gratuitamente, nem se tinha estado a vangloriar, tratou-se sim de agradecer a artistas que gostavam da sua Freguesia e se tinham disponibilizado para atuar.

Em relação às podas disse que as únicas árvores que eram podadas eram as de fruto e que todas as outras eram limpas.

Sobre os choupos disse que não deviam estar em meio urbano, mas como era uma árvore de rápido crescimento e fazia sombra tinham sido plantados por todo o lado, mas que danificavam estruturas e algerozes, provocavam alergias, e devido à sua imponência obstruíam a luminosidade, criando também humidade.

Disse ainda que não era defensor do abate de árvores, mas havendo uma árvore que denunciava problemas estruturais e continuar a mantê-la não concordava, referindo ainda algumas situações existentes na Rua António Sérgio e também no Jardim do Bairro, onde existiam árvores com problemas, tendo já pedido avaliação das mesmas pelos técnicos da Câmara Municipal.

Terminou dizendo que dar opiniões era fácil, responsabilizar era fácil também, e que não fazer alguma coisa podia ser o mesmo que colocar vidas em risco.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 2 - Relatório de Gestão do ano 2019 – Aprovação.**

Deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para intervenção.

O Senhor Presidente da Junta começou por dizer que o Relatório de Gestão tinha suscitado dúvidas na última Assembleia e que tinha sido enviada uma missiva para tentar esclarecer algumas dúvidas colocadas.

Mais disse terem sido feitas também as correções necessárias, e que havia uma certeza, era ter sido a maior receita arrecadada de sempre e que não sendo um concurso de quem arrecadava mais ou menos receita, ela era uma evidência.

Referiu também que aquilo que era o crescimento da receita e o saldo de gerência era importante para a persecução dos objetivos da Junta de Freguesia, pedindo que fosse aprovado e aceite, dizendo ainda que o saldo de gerência tinha três vertentes, uma maior receita, redução da despesa e o valor que estava cativo nas mobilidades que foram consolidadas, o que em âmbito do Pocal havia a obrigatoriedade da verba ficar cativa sempre que houvesse funcionários em mobilidade.

Mais disse que aquilo que estava em causa era a União de Freguesias poder introduzir o saldo de gerência para poder avançar com a construção dos balneários para os trabalhadores, os columbários, a abertura do concurso para os cinco assistentes operacionais e também reforçar algumas rúbricas e fazer contratação de serviços para uma melhoria da higiene urbana, conservação e manutenção do espaço público, pedindo assim que houvesse um bom senso naquilo que eram os propósitos.

Falou que no passado enquanto esteve na Assembleia como líder da oposição, chegou a ser elogiado pelo eleito José Chumbo, pela disponibilidade em colaborar em tudo aquilo que era em prol da população, dizendo ainda que tinha votado contra o orçamento uma única vez, mas nunca contra o relatório de gestão.

Terminou dizendo que a população tinha feito uma escolha e que o direito de votar contra era inequívoco, mas quem saíria prejudicada era a população.

A Senhora Presidente deu a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, dizendo ter uma nota a deixar à Senhora Presidente da Assembleia, pois em reunião com os Líderes de Bancada tinha solicitado que as intervenções fossem curtas e incisivas e que já tinham passado duas horas, tendo-se falado de dois pontos.

CP
Helder Banares
MC

Mais disse e referindo-se à entrevista dada pelo Senhor Presidente da Junta ao Mirante no dia 11 de junho de 2020, o mesmo referiu que iriam ser feitos contatos com os Líderes de Bancada a fim de serem dadas respostas às dúvidas colocadas, mas que a bancada do PS não tinha sido contactada, tendo unicamente recebido através da Assembleia de Freguesia uma missiva sobre o Orçamento.

Referiu ainda que o mesmo em tom intimidatório tinha dito que caso o Relatório de Gestão voltasse a ser chumbado, iria ser enviado para o Tribunal de Contas para fiscalização e o valor do saldo de 164.000,00 euros ficaria cativo.

Disse que a Assembleia era um órgão que tinha sido eleito democraticamente e tinha capacidade de voto, perguntando também ao Senhor Presidente da Junta como é que tinha manipulado os números dos 164.000,00 euros, quando 100.000,00 euros aproximadamente eram provenientes de investimentos não realizados, promessas feitas e não cumpridas que talvez dessem jeito ser realizadas em ano eleitoral, disse.

Referiu que o PS mantinha a calma e a serenidade que o Senhor Presidente por vezes não mostrava ter e que mantinham a mesma posição apresentada na Assembleia anterior, dizendo que aquilo que o Executivo apresentava era um relatório pouco credível, cheio de correções e justificações que davam razão à sua bancada de não acreditar nas contas apresentadas e também à votação anteriormente assumida.

Mais disse que a Junta se gabava de ter mais 93.000,00 euros de receita, mas que analisando as verbas relativas ao IMI 2.800,00 euros, ao Fundo Financiamento de Freguesias 14.000,00 euros e as transferências da Câmara Municipal 61.000,00 euros, a execução da Junta era zero, sendo o restante acertos de rubrica, tendo até havido um decréscimo de 8.000,00 euros.

Resumidamente, disse que se gastou menos em serviços essenciais à população, que na limpeza houve um corte de 93.000,00 euros, que houve um aumento de serviços e consultoria de mais de 100.000,00 euros e que recebiam cada vez mais da Câmara Municipal e do Estado e executavam cada vez menos.

Mais disse que a falta de assertividade de exposição das contas nada tinha a ver com o Tribunal de Contas e que havia lacunas quanto à compreensão do sistema contabilístico de acréscimo e amortizações que colocavam em causa a qualidade do processo de transição ou não para o SNC-AP, e também a aprovação das contas do exercício em discussão.

Sobre a informação contabilística dos diversos mapas, disse condicionarem a leitura, e que a procura de correção de forma sistemática fazia com que o sentido de voto se mantivesse inalterável, dizendo que iam votar contra.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que começou por referir que após a rejeição do Relatório de Gestão, tinha sido recebido por todas as bancadas uma missiva que procurou dar alguns esclarecimentos, dizendo que numa primeira informação referia que a União de Freguesias possuía um técnico oficial de contas, como era imposição legal e outra referia que o documento continha contas erradas e que já tinham sido retificadas.

Mais disse que após os esclarecimentos e as devidas retificações o BE não via razões para não votar favoravelmente o documento, e que a importância de incluir o saldo de gerência, e em caso de nova rejeição revestia-o de uma grande importância.

Referiu ainda que o relatório de gestão era um documento sobretudo técnico e que devia ser votado pelo rigor e verdade das suas contas e não por uma apreciação de linha política seguida, ao contrário dos orçamentos.

Disse também que na Assembleia anterior não tinham aprovado o documento, pois tinham existido várias dúvidas sobre o rigor das contas e estando essas dúvidas já resolvidas, iam dar o seu voto favorável.

Falou que a rejeição do ponto deu azo a um episódio triste entre o Executivo e a Assembleia, pois no dia 27 de maio a Junta de Freguesia tinha usado as redes sociais para comunicar à população que a Assembleia não havia cooperado com o Executivo e que as forças que travaram a aprovação do documento deviam ponderar as suas ações.

Mais frisou o porquê do ataque à Assembleia quando o Executivo na sua missiva assumiu que havia contas erradas, mas aquela informação não a transmitiu à população.

CP
H. António Gomes
MC

Disse ainda que o BE não podia admitir, pois sempre aprovou todos os relatórios de gestão e sempre teve uma postura de cooperação com o Executivo, situação que nunca foi informada nas redes sociais.

Falou que quem tinha votado no BE, votou para que fossem sérios e que soubessem trabalhar fosse com quem fosse para o bem-estar dos Cidadãos, e que o Executivo podia sempre contar com a postura construtiva, bem como todas as restantes forças podiam também contar com o BE para atender a qualquer reivindicação justa e legítima.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta, disse que o tom que o mesmo tinha usado para responder a alguns eleitos na última Assembleia e também a publicação que tinha feito nas redes sociais tinha sido errada e só tinha servido para extremar posições e que, no momento de crise extremar posições era aquilo que se devia evitar, sendo o necessário resolver conflitos, prestar esclarecimentos e construir pontes.

Terminou dizendo que da parte do BE e com os esclarecimentos em boa hora prestados, essa ponte tinha sido feita.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas do CDS que iniciou a sua intervenção dizendo que tinha duas notas para deixar sendo que a primeira ia de encontro às palavras do Senhor Presidente aquando da sua intervenção, disse que tinham sido apresentadas dúvidas sobre o documento, aproveitando para complementar que as dúvidas tinham sido legítimas e fundadas e que a opção de voto de cada bancada era legítima e era dos eleitos.

Mais disse que se a opção dos eleitores tinha sido eleger sete eleitos da CDU, também o tinha sido eleger sete eleitos do PS, dois eleitos da Coligação Mais, dois eleitos do Bloco de Esquerda e um eleito do CDS, e que cada eleito tinha direito à sua opinião e a votar os documentos em consciência daquilo que era o seu entendimento.

Referiu que recentemente e sobre o Orçamento de Estado tinha sido dado uma nota pública de uma frase proferida pelo Secretário Geral do PCP Jerónimo de Sousa onde o mesmo dizia que a responsabilidade de aprovação do Orçamento era do Governo e que se aplicava ao plano Nacional e Local e eram os Executivos e para mais quando não tinham maioria nas Assembleias, cabia-lhes a responsabilidade de criar pontes e condições para viabilizar os documentos estratégicos e quando isso não era feito, cabia a cada bancada tomar as opções que considerasse mais adequadas.

Sobre o Relatório de Gestão disse discordar de um ponto, pois sendo aquele um documento eminentemente técnico, também tinha questões políticas, pois acabava por ser um reflexo de uma gestão operacional aplicada ao longo do ano, e que até por coerência com a votação feita nos orçamentos, era justificado o não voto a favor da bancada do CDS.

Relativamente à questão técnica disse que aquilo que verificou no último documento foi que devia ter sido claro e objetivo e não o era pois continha erros grosseiros, referindo uma rubrica onde no documento atual constava uma percentagem de aumento de 1.098%, quando no anterior documento a mesma constava com um aumento de 98%.

Conforme palavras ditas pelo Senhor Presidente no início da sessão, que o reflexo das percentagens era importante para a leitura dos documentos, aquela questão foi determinante para o seu voto contra o documento apresentado.

Mais disse que registava a missiva enviada e dava nota que era uma boa prática, dizendo ainda que o verdadeiro Relatório de Gestão tinha sido enviado com a missiva, e se o Senhor Presidente conforme o tinha dito, mantivesse aquela situação para relatórios futuros seria uma boa prática e registava com agrado.

Ainda sobre o Relatório de Gestão disse ter duas notas, sendo a primeira de registar o baixo investimento feito, que veio contribuir para o saldo de gerência apresentado e sobre a análise patrimonial, referiu a rubrica de custos e perdas extraordinárias, com uma variação apresentada de 1.092% e a rubrica outros fornecimentos e serviços com variação de 1.098%, dizendo que sendo aquela última de ordem genérica, pretendia alguns esclarecimentos.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da bancada da CM que iniciou por agradecer a missiva enviada, passando a dizer que concordava com o que já tinha sido dito por eleitos de outras bancadas, referindo o João Fernandes e o Rui Valadas, e que o importante não era o encontrar os erros nos números e nas percentagens, mas sim tentar perceber o porquê desses erros acontecerem.

Terminou dizendo que se não tivesse sido a ação tomada por todos na última Assembleia, provavelmente não teria havido aquele esclarecimento, e pensava estarem presentemente todos mais esclarecidos para poderem tomar decisões mais informadas.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU que começou por dizer que a luta política era previsível dentro daquilo que eram as Instituições quer a nível nacional quer a nível local e que a União de Freguesias não era exceção e todos deviam tomar as posições que entendessem, mas que sobre o relatório de gestão, tinha havido alguma ilegitimidade nas posições tomadas.

Referiu que desde o início que a questão foi levantada, o Executivo sempre se manifestou disponível para a verificação e a correção dos erros apresentados, e que agora com a missiva enviada vinha esclarecer e dissipar quaisquer dúvidas.

Sobre o direito de oposição falou que o mesmo não significava que em nome da luta política se viesse a prejudicar quer os trabalhadores quer o Movimento Associativo e que se era "preso por ter cão e por não ter cão", disse.

Mais referiu e relativamente a duas questões levantadas pelo eleito Rui Valadas, uma delas sobre a questão das percentagens, disse que as mesmas serviam para métodos de comparação e não para representar dinheiro.

Terminou dizendo e sobre a outra questão, que efetivamente as Juntas também tinham a função de fazer obra, mas que não se podia comparar as capacidades de uma Junta em face das capacidades de uma Câmara Municipal, sendo as suas funções diferentes, pois a Junta tinha as suas limitações a nível orçamental e funcionava em grande medida com Delegação de Competências, situação que era do conhecimento de todos.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que começou por dizer e referindo intervenções já feitas por outras bancadas, que não tinha estado em causa as percentagens, tinha sido sim a forma como se gastou o dinheiro e como se geriu.

Disse ainda e conforme palavras ditas pelo eleito Rui Valadas, que muita da receita provinha dos acordos com a Câmara Municipal e aquilo que era delegado e que a Junta geria da forma que entendia e vinha depois dizer que tinha arrecadado mais 93.000,00 euros de receita, o que não era verdade pois não era receita direta da própria Junta.

Referiu ter havido um desinvestimento na limpeza e higiene urbana, tanta vez apregoada pelo Executivo, e que não o tinha feito, contrariamente a serviços como os de consultadoria em que se verificou um aumento algo exagerado.

Mais disse serem decisões políticas e formas de gerir e que o Partido Socialista tinha o direito de se expressar, tendo também dito que tinha sido inaceitável se ter trazido um relatório que agora acabava por vir todo corrigido.

Terminou dizendo que por todos os fatores já referidos a sua bancada ia manter a posição já tomada anteriormente e ia votar contra o documento.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que disse referindo a intervenção do eleito António Sequeira, que o mesmo não tinha ouvido a palavra "também", aquilo que tinha dito era que também a Câmara Municipal tinha a responsabilidade do investimento, tal como a Junta também o tinha na sua escala e dimensão o que era inequívoco, mas que na sua visão um investimento inferior a 5% era sempre, fosse onde fosse, um mau resultado e era sempre negativo.

CP
João Fernandes
me

Referindo-se às percentagens disse que efetivamente ninguém comprava nada com percentagens, mas que num relatório de gestão elas podiam induzir muita gente em erro e numa União de Freguesias não podia haver falta de objetividade que pudesse induzir em erros, sendo para a sua bancada um ponto determinante.

Terminou dizendo que o documento agora apresentado com as devidas correções, já permitia que fosse feita uma leitura diferente e uma melhor análise à gestão que tinha sido feita, o que anteriormente não tinha sido possível.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta iniciou dizendo que pouco mais havia a acrescentar e aquilo que tinha sido dito foi que cada um tinha o direito de tomar o posicionamento que entendesse.

No entanto tinha de salientar a excelente tomada de posicionamento do eleito João Fernandes, e agradecia toda a colaboração e cooperação em prol da Freguesia, quer da parte do BE quer do PSD na cooperação e vontade de trabalhar em prol da população.

Referindo-se ao eleito José Chumbo, disse que o mesmo tinha o direito de votar contra, mas não tinha o direito era de objetivar fora daquilo que era a verdade, e quando referiu que havia em consultadoria um valor de mais de 100.000,00 euros, não correspondia à verdade, pois conforme tinha sido explicado houve transferência de verba da rubrica de pessoal para despesas correntes e se tivesse verificado aquele valor estava lá.

Mais disse e também referindo as receitas próprias da Junta também tinham tido um aumento de cerca de 26.000,00 euros contrariamente ao que o eleito tinha dito, e que todos os números estavam no relatório de gestão e era só uma questão de os analisar e fazer as contas, mas o eleito José Chumbo quis apenas referenciar aquilo que lhe apeteceu e assim justificar a sua posição de votar contra.

Referiu ainda que o eleito José Chumbo em 2018 tinha votado contra o relatório de gestão de dez meses do PS, unicamente por o mesmo ter sido apresentado pela CDU, não tendo a mesma tido qualquer preponderância na ação, tendo tido sim uma gestão meramente gestonária, mas que para além disso tinha sido um bom relatório e uma excelente execução orçamental.

Mais disse que tinha sido executado um investimento de 75.000,00 euros e que o saldo de gerência apresentado teve a ver não só com o aumento da receita, mas também com a redução da despesa no valor de 60.000,00 euros e as verbas que estavam alocadas às mobilidades, daí o saldo de 164.000,00 euros.

Referiu que não tinham sido executados o projeto dos balneários nem a construção dos columbários e daí os níveis de execução apresentados, mas que muitos outros projetos tinham sido executados e em grande parte a 100% com mão-de-obra direta da Junta, não estando assim refletidos na rúbrica de investimentos, referindo o espaço de jogos tradicionais na Chasa, deixando o convite para visitarem e referindo também o jardim municipal junto ao mercado.

Sobre a questão das consultorias disse que o valor tinha sido de cerca de 14.000,00 euros que nada tinha a ver com os valores que tinham sido referenciados e que nenhum eleito era técnico, daí a necessidade da ajuda relativa ao ponto, dizendo que as percentagens não estavam erradas mas sim mal calculadas.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

Sete votos contra – Bancada do PS;

Uma abstenção – Bancada do CDS;

Onze votos a favor – Sete da bancada da CDU, dois da bancada do BE e dois da bancada da CM.

O ponto foi **aprovado por maioria**.



Seguidamente passou ao **Ponto 3 – 1ª. Alteração Orçamental Modificativa – Aprovação.**

Deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dizendo que o ponto tinha duas finalidades, sendo na receita a incorporação do saldo de gerência e da receita extraordinária dada às freguesias pela Câmara Municipal para apoio no âmbito do COVID 19, sendo que na despesa o objetivo era reforçar a rubrica para a construção dos balneários para os trabalhadores, a construção dos columbários e a contratação de cinco assistentes operacionais, dizendo ainda que esperava no próximo ano se poder ainda vir a contratar mais cinco.

Disse ainda que os contratos de inserção tinham vindo a ser reduzidos e que devido à situação que se atravessava muitos também não aceitavam vir trabalhar para a rua, encontrando-se ao serviço um número muito reduzido.

Referiu que tinham vindo a realizar um bom trabalho, mas aquilo que era pretendido não era continuar a ter pessoal em contratos de inserção mas sim nos quadros da Junta de Freguesia.

Terminou dizendo que a restante verba seria redistribuída pela rubricas de higiene urbana, conservação e manutenção de espaços.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse ao olhar para a revisão apresentada concluía que o Partido Socialista tinha razão ao votar contra o orçamento para 2020, pois muitas das razões que tinham sido apresentadas estavam agora a ser corrigidas, dando assim razão ao Partido Socialista.

Mais disse que havia que ser coerente, pois quando por vezes a sua bancada ao votar e o fazia por não estar de acordo com as linhas orientadoras do Orçamento, agora vinha a verificar que o mesmo tinha sido corrigido na forma como tinha alertado há um ano atrás, sentindo-se com razão.

Fez referência ao reforço significativo agora feito na higiene e limpeza do espaço público, e referiu que sobre o reforço de verba ao Movimento Associativo, gostava de saber o que iria refletir aquela verba na realidade da União de Freguesias, tendo em contas as palavras do Senhor Presidente da Junta ao dizer que não tendo sido aprovado o relatório de gestão na última Assembleia se tinha prejudicado o Movimento Associativo.

Para terminar disse que não estavam refletidas as orientações que o PS teria nos destinos a dar aquele dinheiro e que iriam votar contra.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que começou por referir a integração do saldo de gerência de 2019, bem como o reforço de outras rubricas da receita que iriam permitir o aumento da despesa em 200.000,00 euros para o corrente ano.

Disse não ter concordado com a opção da Câmara Municipal ao ter transferido para cada uma das seis Freguesias uma verba de 25.000,00 euros para o reforço da higiene urbana, pois não refletia as diferenças de área total por cada freguesia, quer da população quer da densidade populacional entre outros fatores, e que distribuir de igual modo por todos não era distribuir de acordo com as necessidades de cada um.

Face aos 200.000,00 euros de reforço feito na receita, disse que na revisão apresentada as rubricas de despesa mais reforçadas tinham sido as de investimento, com 108.500,00 euros, que pensava enquadrar o projeto para o refeitório e balneários da Junta de Freguesia e a construção dos columbários, e também a rubrica de aquisição de bens e serviços, com 40.000,00 euros e o recrutamento de pessoal com 30.000,00 euros.

Pretendia saber de que modo o reforço daquelas três rubricas refletia as prioridades de mobilização de recursos e que gastos estavam por detrás, referindo-se particularmente à rubrica de aquisição de bens e serviços.

OP
H. Fátima Bernardes
MDE

Referiu que ano após ano em virtude de saldos de gerência positivos, a Junta de Freguesia tinha procedido a alterações orçamentais durante o primeiro semestre, reforçando o orçamento do respetivo ano e que da parte do BE, o modo como faziam essa apreciação era constante e independentemente do sentido de voto aquando da discussão e aprovação do orçamento da Junta de Freguesia, votavam favoravelmente qualquer alteração desde que a mesma melhorasse a versão original do mesmo, o que desta vez não iria ser diferente.

Mais disse que a situação de pandemia e a crise económica e social que se tinha instalado era excecional e também obrigava a repensar prioridades e que no quadro dos desafios que estavam a surgir e das respostas sociais que teriam de ser dadas durante os próximos tempos, cabia às Autarquias encontrar soluções criativas, inovadoras e ambiciosas.

Referiu ainda que não era claro que as alterações apresentadas no documento e face à alteração modificativa orçamental apresentada, apontassem para o caminho necessário, pois era um ano de apoio corajoso no âmbito social, no lançamento de uma forte campanha de apoio ao comércio local e de fazer tudo aquilo que fosse possível para que a Comunidade sofresse menos nos tempos que se avizinhavam. Disse ainda que ia ficar á espera de resposta por parte do Executivo no sentido de ser informado de que modo aquela alteração orçamental respondia às preocupações apresentadas.

Usou da palavra o eleito Nuno Ramos da bancada da CDU, que referindo a alteração orçamental modificativa e sobre as duas verbas explícitas, disse que já tinham sido debatidas e não se iriam pronunciar.

Tinha uma nota a deixar em resposta à bancada do PS, dizendo que tinham entrado numa corrente filosófica menos própria e com uma postura de nega ionismo que já vinha de tempos atrás, com negação da realidade que em nada ajudava ao desenvolvimento da Freguesia.

Mais disse e em conformidade com o que tinha sido dito pelo eleito João Fernandes da bancada do BE, que o apoio dos 25.000,00 euros, tinha sido positivo, mas que não lhe parecia ter sido a melhor forma de o fazer, pois havendo assimetrias, tornava-se discriminatório.

Referiu que o peso de Alverca e Sobralinho, tendo em conta a sua densidade populacional era mais elevado comparativamente a muitas outras Freguesias, e deixava também informação que as situações de COVID 19 verificadas com 391 casos ativos, 221 eram em Alverca, tendo também a Freguesia o mais elevado numero de população idosa a nível do Concelho.

Terminou dizendo que a população de Alverca e Sobralinho, pelo elevado numero da sua população ativa e conseqüente dependência dos transportes públicos nas suas deslocações diárias, alertando que aqueles estavam a ser um dos maiores focos de contaminação de COVID 19, e que havia que ter alguma atenção para aquela situação.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da bancada da CM que referiu não haver muito mais a dizer relativamente à necessidade de um orçamento retificativo, e havendo a transferência extraordinária da Câmara Municipal no valor de 25.000,00 euros, perguntava ao Executivo se já tinha destino para aquele valor, dizendo ainda que também gostaria de ouvir as respostas do Senhor Presidente da Junta relativamente às questões já colocadas.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que começou por dizer que gostaria de ter observado na modificação orçamental medidas efetivas de apoio aos agentes económicos, em linha daquilo que já tinha sido dito pelo eleito João Fernandes, e nomeadamente pela redução e suspensão de algumas taxas durante os próximos meses em que se iriam sentir os efeitos económicos desta crise em alguns agentes económicos nomeadamente o comércio local.

Disse que gostaria também de ter visto medidas de apoio ao Movimento Associativo, sendo que o valor apresentado era muito baixo para aquilo que era o reforço total, referindo ser de um por cento aproximadamente.

CP
João Fernandes
MC

Referiu as Entidades Culturais que também estavam a passar por dificuldades pois não podendo desenvolver as suas atividades e eventos, estando privados de o fazer, não tinham qualquer retorno económico, sendo aquela mais uma razão para o reforço que gostaria de ver no ponto, tendo em conta que havia uma rubrica de outros investimentos em que a verba tinha tido um acréscimo de 600% passando de 1.500,00 euros para 10.500,00 euros, sendo uma rubrica indiscriminada e indefinida.

Por fim deixava uma nota ao Senhor Presidente da Junta em sequência do comentário que o mesmo tinha feito na sua intervenção, dizendo que há muito tempo que não era avaliado a matemática, mas que quando errava numa questão ou calculava mal era marcado errado e que talvez lhe tivesse dado jeito ter o Senhor Presidente como professor.

Finalizou dizendo que mal calculado era sinónimo de erro, disse.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção começando por dizer que era evidente que quando se queria justificar alguma coisa se objetivava da forma que melhor convinha e que desse mais jeito, a realidade era que ainda assim o aumento da receita tinha ficado muito aquém daquilo que eram as necessidades de gestão da União de Freguesias.

Sobre aquilo que eram os relatórios de gestão dos contratos inter-administrativos já enviados à Câmara Municipal, disse ter havido um défice a rondar os 100.000,00 euros, apesar de até ter havido um decréscimo de despesa relativo à limpeza urbana, conforme referido e bem pelo eleito José Chumbo, e que se deveu a muitos trabalhos terem sido realizados através dos contratos com o IEFP, referindo os CEI e CEI +.

Falou do investimento na compra da máquina varredoura e também na otimização em procedimentos de trabalho.

Disse que a Junta de Freguesia há muito que previa e tinha dito que iria contratar pessoal, situação que estava prevista em abril, ao trazer a incorporação do saldo de gerência, pois haveria sempre uma verba cativa por causa das mobilidades e serviria para esse fim e também pelo facto de a maioria dos contratos de inserção terminarem entre junho e julho, situação que veio a ser alterada tendo sido os mesmos antecipados devido à situação do COVID 19.

Referiu que contrariamente àquilo que tinha sido dito pelo eleito José Chumbo de que não tinha havido crescimento na receita, o acréscimo de 26.000,00 euros proveniente de receitas de publicidade e ocupação da via pública serviram para amortizar o défice das transferências dos acordos de execução dos contratos inter-administrativos.

Mais disse que aquilo que estava explanado na alteração modificativa era aquilo que no entendimento do Executivo, era o fundamental, referindo que no investimento ao comércio tradicional tinha já sido feito um valor de cerca de 37.000,00 euros e relativamente ao apoio social estava a ser feito mediante aquilo que eram as necessidades do momento, no apoio aos jovens, às famílias e às Instituições que prestavam apoio de solidariedade, pois no âmbito do SAASI e da Rede Social estavam a ser dadas todas as respostas.

Disse ainda que estava a acompanhar e a articular todo aquele trabalho e caso houvesse necessidades a nível social haveria condições de alterar o orçamento e canalizar verba para aquele fim, pois no momento não havia certezas.

Referiu que no momento a certeza que tinha era de já haver uma quebra de receita que ultrapassava os 30.000,00 euros, e que as verbas extraordinárias iriam servir para colmatar as despesas extras que a Junta tinha tido em âmbito do COVID19.

Mais disse que as freguesias tinham o seu orçamento limitado e que determinadas respostas de ordem social teriam de ser dadas pelo Governo, não tendo a Junta condições para o fazer e que aquilo que estava mal era não haver uma Lei das Finanças Públicas equitativa para todos, o que não era justo.

Relativamente ao apoio extraordinário disse que também concordava com o que tinha sido dito pelo eleito João Fernandes, mas que era um apoio extraordinário e havia que agradecer, referindo que tinham havido

CP
H. Fernandes
DR

muitos outros apoios que não eram visíveis referindo a cooperação que houve entre todas as Juntas do Concelho e também da Câmara Municipal, até com a participação direta do Senhor Presidente da Câmara no apoio e resolução de diversas questões e necessidades no âmbito do COVID 19.

Sobre a questão colocada pelo eleito João Fernandes e relativamente à verba de 30.000,00 euros alocada para contratação de pessoal, disse que àquele valor havia ainda a crescer as verbas de 13.000,00 euros, para encargos sociais, 3.000,00 euros para acidentes de trabalho e 25.000,00 euros para salários, rondando o total de 50.000,00 euros, verba que teria de ficar cativa no imediato e caso não viesse a ser gasta como já aconteceu no passado, teria sempre de passar pelo saldo de gerência.

Terminou dizendo que na opinião do Executivo, no Concelho e a nível geral, tinha estado a ser dada uma boa resposta quer coletivamente quer individualmente.

Não tendo havido mais pedidos de intervenção a Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação tendo-se verificado o seguinte resultado:

Oito votos contra – um do CDS e sete do PS;

Onze votos a favor – dois do BE, dois da CM e sete da CDU.

O ponto foi **aprovado por maioria**.

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 4 – Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal para 2020 – Aprovação**.

Deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dizendo que o ponto tinha a finalidade de abrir a vaga para a contratação de cinco assistentes operacionais e reforçar assim as necessidades no âmbito da limpeza e higiene urbana.

Mais disse que aquela contratação seria por tempo indeterminado, pois as transferências de competência passavam para a Junta de Freguesia mas também a qualquer momento poderiam ser revogadas pela Câmara Municipal e que na incerteza daquela manutenção ou não, haveria sempre um processo de avaliação e a contratação iria ser feita pelo tempo que decorresse dos contratos inter-administrativos e assim suprir as necessidades de execução dos mesmos, referindo ainda que nenhuma Junta tinha condições de assumir despesas para as quais depois não tivesse receita.

Terminou dizendo que estava disponível para responder às questões que pretendessem colocar.

A Senhora Presidente deu a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra a eleita Clara Negrinho da bancada do PS, que sobre o ponto e referindo a informação constante na nota introdutória em que o mesmo seria para alterar o número de assistentes operacionais de 40 para 45, disse não haver qualquer dúvida a colocar, mas tendo sido feita uma comparação ao mapa de pessoal apresentado na Assembleia de 12 de dezembro, disse que no mesmo constava um lugar vago de encarregado operacional, lugar aquele que no mapa agora apresentado se encontrava ocupado.

A questão que tinha para colocar era saber quando é que tinha sido feita aquela alteração e também a respetiva aprovação pois não tinham qualquer conhecimento do assunto.

Usou da palavra a eleita Rita Aleixo da bancada do BE, começando por dizer que o Senhor Presidente da Junta, já tinha de algum modo respondido à questão que tinha para colocar e ia no sentido de saber se a abertura daquele concurso surgia da vontade do Executivo de internalizar serviços e abandonar gradualmente o outsourcing, se sim, a bancada do BE aplaudia e que era uma mais-valia que a Junta assim pensasse.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que sublinhou ter sido dado mais um passo na melhoria da higiene urbana e que saudavam a medida tomada.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas do CDS que começou por dizer que uma das questões que tinha para colocar já tinha sido respondida pelo Senhor Presidente aquando da sua intervenção em que afirmou que a Junta por si só, não tinha capacidades de suportar aquele quadro e que as contratações tinham em conta as Delegações de Competência e os respetivos Acordos de Execução.

Disse ainda que efetivamente aquela questão o tinha de algum modo preocupado porque analisando o orçamento e os gastos com pessoal já rondavam entre os 55% e os 60% e havia tudo o resto para o qual seria necessário haver verba disponível para que o trabalho pudesse ser realizado.

Para finalizar deixava uma nota que ia no sentido da intervenção feita pela eleita Rita Aleixo, de que numa alteração anterior ao quadro de pessoal o fundamento apresentado tinha sido o de internalizar serviços e que no decorrer do ano já tinham sido feito duas contratações uma a 16 de março e outra a 1 de maio para serviços de limpeza urbana e limpeza de ruas.

A pergunta que colocava ao Senhor Presidente da Junta era no sentido de saber quais tinham sido as necessidades e também as situações que os justificavam.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da junta iniciou a sua intervenção e em resposta à eleita Clara Negrinho da bancada do PS, começou por dizer que a mesma tinha razão, o lugar de encarregado operacional tinha ficado vago devido à situação de reforma de um trabalhador do Sobralinho, tendo a sua substituição sido feita por outro trabalhador que já lá estava.

Mais disse e conforme era o usual naqueles casos, o lugar tinha estado em mobilidade mais ou menos durante um ano e por proposta foi feita progressão na carreira ao funcionário, no âmbito daquilo que eram as progressões e mobilidades, estando efetivamente o lugar ocupado, e o trabalhador estava a coordenar e era responsável pelos trabalhos na área do Sobralinho.

Em resposta à eleita Rita Aleixo da bancada do BE, disse que a ideia era internalizar serviços, não só por questão ideológica mas também por uma questão de gestão, pois a complexidade e morosidade dos contratos de serviços era de tal ordem, que por vezes já não era viável a sua concretização, referindo a construção dos columbários que teve de ser adiada, pois não foram dadas as respostas técnicas que se pretendia e também o caso dos balneários que também tiveram de ser adiados sendo aqueles últimos devido também à reformulação de todo o projeto.

Voltou a referir que o objetivo era internalizar serviços cada vez mais.

Disse também e referindo os custos com o pessoal, que de 2016 para 2020 tinha havido um aumento só de 30.000,00 euros e tendo em conta até o aumento do ordenado mínimo nacional, significava que se estava a pagar menos pois tinha saído muita gente do quadro, e por outro lado as necessidades tinham aumentado e estavam a ser colmatadas com os contratos de inserção que vinham já do passado, estando-se a tentar criar condições para contratar pessoal e estabilizar as respostas às necessidades.

Disse que não era um processo fácil pois à partida as verbas tinham logo de ficar cativas e enquanto não estivesse o processo finalizado era necessário contratar serviços.

Em resposta ao eleito Rui Valadas e sobre os contratos que tinha referido, disse que devido à saída dos trabalhadores que estavam afetos aos contratos com o IEF, houve a necessidade de contratar serviços de limpeza e higiene urbana, dizendo ainda que os recursos eram escassos e havia a necessidade de contratar efetivos.

Usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia que apelou ao cuidado de cada um, para que ao depositarem os lixos não os deixassem no exterior, era uma questão de civismo, minimizava o impacto ambiental e evitava também ver o lixo espalhado pelas ruas da Cidade.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

Oito abstenções – uma do CDS e sete do PS;

Onze votos a favor — dois do BE, dois da CM e sete da CDU.

O Ponto foi **aprovado por maioria**.

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 5 – Relatório e Regulamento do Inventário – Conhecimento**.

Deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta começou por dizer que trazia este ponto para apreciação, referindo que o inventário já não era atualizado desde 2006, que tinham sido abatidos alguns bens, mas tinham ficado ainda a constar no sistema.

Referiu ter havido a necessidade de introduzir um conjunto de bens e arrolamento e que era uma obrigatoriedade da Junta dar conhecimento à Assembleia de todo o Património e todos os bens.

Mais disse que daquilo que eram os bens, havia algumas dúvidas que se ia tentar esclarecer, referindo a questão do património imobiliário que constava o registo de 33 quantidades, quando no registo das finanças só constava 30.

Sobre o Parque infantil da Quinta da Vala, feito em 2017, a zona de lazer da Chasa e o Parque da Chasa junto à Senhora da Graça, disse que eram bens da Junta mas não podiam ser escriturados pois estavam em domínio público Municipal.

Referiu ainda que no imobiliário constava o nº 13 da Av. Capitão Meleças, que já se tinha procurado mas ainda não se tinha conseguido identificar o bem e caso ele não viesse a ser identificado teria de se resolver o que iria ser feito.

Falou também de um quiosque que não foi abatido por motivo de na altura não se ter conseguido localizá-lo, dizendo saber-se que o mesmo em tempos esteve instalado na Av. Infante D. Pedro, e caso se viesse a confirmar que se tratava do mesmo quiosque iria ser abatido.

Sobre o arrolamento de bens disse que foi aquilo que esteve em causa, e que a sua ligação com a execução do orçamento tinha levado à depreciação do exercício, pois os 1.078 bens abatidos tinham um valor patrimonial e ao serem abatidos houve a redução do património.

Antes de terminar a sua intervenção disse ao eleito Rui Valadas, que relativamente a duas questões que tinha colocado, as mesmas estavam relacionadas com o património e que não tinha respondido, mas iria fazer chegar a informação por escrito.

A Senhora Presidente deu a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, dizendo que trazia algumas questões, tendo algumas já sido respondidas pelo Senhor Presidente, mas não podia deixar de referir que o documento agora apresentado, tinha sido aprovado no dia 03 de março de 2020 e tinha havido uma Assembleia no dia 22 de maio de 2020 e que o ponto poderia ter sido apresentado naquela altura, e teria justificado algumas questões que tinham sido levantadas.

Disse também ter uma nota a deixar, que era um problema recorrente do Executivo da CDU trazer documentos com gralhas e havia que ter algum cuidado acrescido, pois estava a pagar-se um serviço e depois ninguém o revia, referindo a página 30 do documento onde se lia " Escola Gago Coitinho ", situação que não podia deixar de lamentar.

Sobre o Relatório do inventário disse que iria fazer chegar um pedido para identificação daquilo que era o efetivo património da União de Freguesias.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU que disse que havia momentos na vida em que o bom senso no mínimo aconselhava a estar calado, e que tendo em conta o anterior Executivo nunca ter atualizado o Inventário e não ter respeitado a Lei, vir o eleito José Chumbo chamar a atenção para uma gralha, considerava ser inaceitável.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que disse ter recebido aquela documentação com muito pouca antecedência não tendo permitido que fosse feita uma análise com algum detalhe o que também não ajudava em nada ao debate, pedindo que aquele tipo de situações não se tornassem recorrentes.

Usou da palavra o eleito José Chumbo que em resposta ao eleito António Sequeira disse que unicamente realçou que já tinham chegado á Assembleia uma série de documentos, alguns até retirados de votação por não estarem em condições e que a sua intervenção foi somente um alerta e que não havia que se estar sempre a desculpar com o passado.

Terminou dizendo que respeitava a posição do eleito António Sequeira e que ele devia respeitar a sua também.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas tendo ressaltado e a exemplo daquilo que tinha sido dito pelo eleito João Fernandes, os documentos tinham chegado com muito pouca antecedência não tendo permitido uma análise mais aprofundada e que não se iria pronunciar sobre o seu conteúdo.

Mais disse que caso tivesse alguma questão a colocaria numa próxima Assembleia ou faria chegar um pedido de esclarecimentos por escrito.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado o período da ordem de trabalhos, questionando o Senhor Presidente da Junta se pretendia ainda intervir, tendo-lhe dado a palavra.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção agradecendo a todos a disponibilidade.

Dirigindo-se ao eleito José Chumbo disse que não era uma crítica mas apenas um desabafo pois no passado também houve gralhas e que só não errava quem nada fazia e estavam ali para melhorar e agradecia o contributo que tinha dado e todos aqueles que quisesse prestar pois estava ali para os aceitar. Disse que desde o momento que assumiram " vestiram a camisola " da União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, com empenho e dedicação pois era um trabalho de todos para todos e era para o bem da União de Freguesias que todos tinham sido eleitos e todos deviam trabalhar.

Mais disse que podiam sempre contar com ele a qualquer hora para resolver qualquer problema da União de Freguesias mas que não podiam contar com ele quando era apenas para deitar abaixo, e que facilmente ouvia a crítica, e talvez disse por ser sociólogo gostava de se colocar no lugar do outro.

Referiu que na política havia duas formas de atuar, ou construtiva ou do deita abaixo, e que no passado a CDU foi sempre muito criticada pela retórica do deita abaixo, mas desde que tinha entrado para a política não viu isso nem da parte da CDU, nem de muitos outros que estavam nas bancadas a contribuir com sugestões e com trabalho para melhoria de todos e no propósito de fazer melhor hoje, para as gerações vindouras.

Terminou agradecendo a disponibilidade de todos.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia solicitou à eleita Fátima Bernardo, primeira secretária, que lesse a ata minuta nº 17, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



A Primeira Secretária

Maria Fátima - Parte Caduco S. Bernardo

A Segunda Secretária

Maria Fernanda Neves Dias Comenda